



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

Revisto e Aprovado em Reunião de Direção
em 4 de fevereiro de 2025

Handwritten signatures and initials:
2.10.2025
L. S. P. L. L. L.
H. S. P. L. L. L.

Índice

1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 – ÂMBITO E METODOLOGIA.....	2
2 – ORGANOGRAMA DO CPCB	3
3 – IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS MEDIDAS PREVENTIVAS	4
4 – CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO	11

1 – INTRODUÇÃO

A corrupção consiste na prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito, contra o recebimento ou a promessa de uma qualquer compensação que não seja devida, para o próprio ou para terceiro. O fenómeno da corrupção constitui uma violação clara dos princípios de interesse geral que todas as instituições e colaboradoras e colaboradores se devem pautar, nomeadamente o princípio da igualdade, da transparência, da justiça, da imparcialidade e da boa administração.

Neste sentido, após a promulgação da Lei 54/2008, de 4 setembro, foi criado o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), que desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, nos organismos públicos. Posteriormente, em 1 de julho de 2009 através da Recomendação do CPC, independentemente da natureza da entidade gestora – de direito público ou de direito privado, administrativa ou empresarial - os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, devem elaborar um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual deverá ser remetido ao CPC e aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

1.1 – ÂMBITO E METODOLOGIA

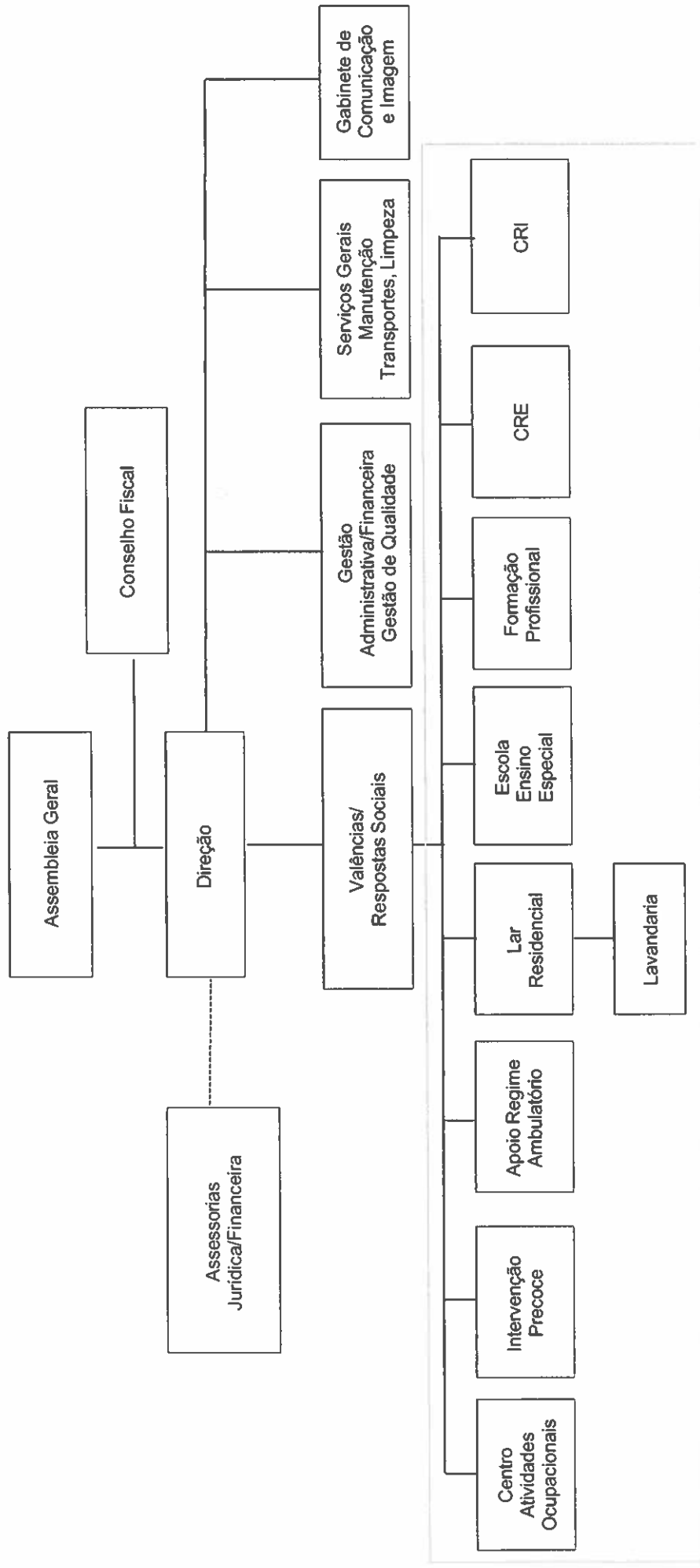
O presente Plano incide sobretudo nas áreas da aquisição de bens e serviços, gestão de recursos financeiros e patrimoniais e gestão de pessoas, mas tem também em consideração os serviços que prestamos no âmbito da nossa missão. O CPCB rege-se por um Código de Conduta que integra um conjunto de princípios e normas de conduta profissional, ética e deontológica nos serviços que presta aos seus clientes e nas relações que estabelece com os seus parceiros, fornecedores e outras entidades.

Para a elaboração do presente Plano, foram identificadas as áreas e consequentes riscos e infrações que podem estar associados às mesmas, através da análise da organização, dos regulamentos de funcionamento interno, dos procedimentos e da monitorização do Plano de Atividades.

O Plano contém os seguintes elementos:

- Identificação, relativamente a cada área, dos riscos de corrupção e infrações conexas;
- Identificação das medidas adotadas que previnam a ocorrência dos riscos acima explicitados;
- Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo;

2 – ORGANOGAMA DO CPCB



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

3 – IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS MEDIDAS PREVENTIVAS

Aquisição de Bens e Serviços

Principais Atividades	Identificação dos riscos	Grau de risco *	Medidas Preventivas
Consulta, Negociação e Adjudicação	Favorecimento de fornecedores de bens e/ou serviços para obtenção de benefícios próprios ou para terceiros, participação económica em negócio, suborno e utilização de informação privilegiada; - Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos; - Convide a fornecedores que não reúnem as condições mínimas exigidas para o fornecimento do bem ou a prestação do serviço pretendido; - Deficiente ou inadequada condução dos processos de aquisição de bens e serviços;	M	Normas consignadas no Código de Conduta. Cumprimento da legislação em vigor associada à contratação pública. Proceder periodicamente à recolha de informação e escolha dos fornecedores, com atualização do histórico de cumprimento de contratos ou encomendas. Acompanhamento e supervisão dos desenvolvimentos negociais por parte do responsável pela condução dos processos de aquisição de bens e serviços. Segregação de funções no processo de avaliação e decisão da aquisição (hierarquia de decisão). Publicitação dos contratos na plataforma eletrónica de contratação pública - Base.gov

* Legenda: E - Elevado M - Moderado R - Reduzido

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Principais Atividades	Identificação dos riscos	Grau de risco *	Medidas Preventivas
Celebração e Execução de Contratos	Supressão dos procedimentos obrigatórios e incumprimento dos princípios gerais de contratação, suborno; Inexistência de formalização atempada de contratos, que assegurem o cumprimento das condições de fornecimento do bem ou prestação do serviço; Inexistência de aplicação de penalizações por incumprimento ou cumprimento defeituoso de contratos; Incumprimento de boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores e prestadores de serviços.	M	Definição de regras para a formalização de contratos escritos a celebrar previamente ao início da entrega do bem ou prestação do serviço. Aplicação de penalizações por incumprimento contratual de acordo com a enunciação no caderno de encargos/contrato. Acompanhamento e avaliação regular do desempenho dos fornecedores e prestadores de serviço. Cumprimento das obrigações legais advenientes à publicitação dos contratos nas plataformas eletrónicas de contratação pública.
Encomenda de Bens e Serviços	Existência de conluio entre os intervenientes e de eventual corrupção entre os mesmos, participação económica em negócio; Deficiente ou inadequada condução dos processos de encomenda de bens e serviços; Aquisições de bens e serviços não enquadradas em planeamento de necessidades reais.	M	Fundamentação devida da necessidade das aquisições com aprovação pela estrutura hierárquica. Despistagem de valores contratados anormalmente elevados e verificação de eventual concentração nos mesmos fornecedores. Monitorização das aquisições de bens e serviços pela área responsável pelas compras com análise periódica pela estrutura hierárquica.
Receção de Bens e Serviços	Desvio ou não entrega dos bens contratados, não prestação dos serviços contratados, peculato; Deficiente controlo da quantidade e qualidade dos bens recebidos e serviços prestados; Realização de pagamento de bens e serviços sem que exista a entrega dos bens ou a realização dos serviços.	M	Implementação de rotinas de controlo especializado pela área responsável pelas compras. Segregação de funções nas várias etapas do processo de aquisição de bens e serviços.

* Legenda: E - Elevado M - Moderado R - Reduzido

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Gestão dos Recursos Financeiros e Patrimoniais

Principais Atividades	Identificação dos riscos	Grau de risco *	Medidas Preventivas
Controlo Orçamental	Manipulação e/ou omissão de informação da situação financeira da Instituição; Erros ou detalhe insuficiente na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento; Inexistência de avaliação de resultados reais vs resultados orçamentados no Orçamento.	R	Controlo regular da execução orçamental
Processamento Contabilístico	Deficiências na qualidade da informação contabilística: Erros/falhas na preparação das demonstrações financeiras; Aplicação indevida de princípios contabilísticos;	R	Acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas. Atuação do Técnico Oficial de Contas
Gestão Financeira	Manipulação e/ou omissão de informação de modo a facilitar o pagamento de valores indevidos, suborno e peculato; Pagamentos indevidos a terceiros relativamente a situações não previstas nos contratos; Efetivação de pagamentos sem a devida autorização prévia; Erros/falhas na introdução/processamento das notas de crédito ou outros ajustamentos em contas a pagar; Existência de registos de transações sem que estas tenham ocorrido ou sua supressão ou omissão nos registos.	R	Prévia validação pelo departamento responsável da fatura do fornecedor. Introdução dos pagamentos nas plataformas homebanking desde que devidamente suportados. Supervisão que garanta a autorização prévia ao pagamento pelo órgão com competência para o efeito. Ações periódicas de controlo e monitorização para cruzamento entre os registos contabilísticos e os elementos tangíveis/intangíveis das operações. Níveis de responsabilidade diferenciados para a autorização de documentos retificativos. Aprovação do Relatório de Contas.
	Manipulação e/ou omissão de informação de modo a facilitar a emissão fraudulenta de documentos retificativos a valores faturados, concussão, conflito de interesses e participação económica em negócio; Erros/falhas na introdução/processamento das faturas ou outros ajustamentos em contas a receber.	R	Níveis de responsabilidade diferenciados para a autorização de documentos retificativos. Ações periódicas de controlo e monitorização para cruzamento entre os registos contabilísticos e os elementos tangíveis/intangíveis das operações.

* Legenda: E - Elevado M - Moderado R - Reduzido

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Principais Atividades	Identificação dos riscos	Grau de risco *	Medidas Preventivas
Gestão Financeira	Aceitação de favores e/ou favorecimentos ilícitos em troca da concessão de vantagens e/ou benefícios, suborno e peculato; Erros/falhas/atrasos na disponibilização de informação relativa a recebimentos e pagamentos, nomeadamente quanto às operações realizadas; Desvio de dinheiros e valores; Erros/falhas no registo de investimentos e retornos de investimento.	R	Validação de informação pelos vários níveis de responsabilidade. Reconciliações bancárias. Procedimentos de contratação de aplicações financeiras.
Gestão Patrimonial	Manipulação de inventários de imobilizado propiciando o furto ou apropriação de bens para proveito próprio; Alienação de bens de modo a obter vantagens em benefício próprio ou de terceiros; Alienação de bens sem a adequada aprovação. Apropriação indevida de bens por parte dos colaboradores.	R	Atualização sistemática dos inventários e do abate de bens. Controlo da alienação e/ou rentabilização do património da instituição. Aprovação em Assembleia Geral
	Avaliação desajustada das necessidades de intervenção na frota automóvel; Realização de serviços de manutenção, inspeção e reparação das viaturas fora do âmbito dos planos programados de manutenção sem a adequada aprovação; Reparações resultantes de sinistros não abrangidas pelas coberturas previstas nas apólices de seguro sem a adequada aprovação.	R	Monitorização permanente da utilização de veículos e planos de manutenção.
	Apropriação de equipamento informático de modo a obter vantagens em benefício próprio ou de terceiros; Alienação de equipamento informático não obsoleto; Realização de intervenções injustificadas ao equipamento informático.	R	Controlo sistemático do estado dos equipamentos informáticos. Validação da realização de intervenções pelos vários níveis de responsabilidade. Monitorização e registo detalhado das intervenções efetuadas. Existência ferramentas de gestão do equipamento informático.

* Legenda: E - Elevado M - Moderado R - Reduzido

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Gestão dos Recursos Humanos

Principais Atividades	Identificação dos riscos	Grau de risco *	Medidas Preventivas
Gestão Administrativa	Manipulação de informação de modo a facilitar o pagamento indevido de benefícios e compensações, peculato e concussão; Processamento de vencimentos sem aderência à assiduidade dos colaboradores e sua categoria profissional/remuneração contratual; Processamento de abonos e descontos não autorizados; Inadequado registo e controlo do tempo de trabalho e da assiduidade; Falhas no registo da informação das bases de dados dos colaboradores e divulgação de informação confidencial.	R	Administrativa/Interligação entre as bases dados de registos de colaboradores e de processamento de vencimentos. Participação de diversos intervenientes nos processos de processamento de salários. Segregação de funções e responsabilidade das operações. Sistema de registo eletrónico das ausências dos colaboradores com circuito de aprovação pela hierarquia. Sistema de autenticação e restrição de acessos às bases de dados.
Recrutamento e Seleção	Favorecimento ilícito na escolha dos recursos humanos a contratar, abuso de poder e tráfico de influências: Intervenção no processo de recrutamento de pessoas com relações de proximidade dos candidatos; Utilização de critérios de seleção discricionários, sem respeito pelo princípio da equidade; Utilização de critérios de avaliação pouco objetivos, sem respeito pelo princípio da equidade; Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados de seleção; Ausência de mecanismos que identifiquem e impeçam a ocorrência de conflitos de interesse.	R	Seleção/Obtenção de declaração de impedimento expressa e sob a forma escrita de não intervenção em processos de pessoas com relações de proximidade dos candidatos. Definição de critérios e métodos, para a seleção de candidatos. Avaliação dos candidatos envolvendo várias fases com triagem dos candidatos independente da seleção e realização de entrevistas. Exigência de fundamentação de propostas de recrutamento. Registo das decisões de contratação devidamente fundamentadas. Elaboração e divulgação de normas para prevenção de conflitos de interesse.

* Legenda: E - Elevado M - Moderado R - Reduzido

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Principais Atividades	Identificação dos riscos	Grau de risco *	Medidas Preventivas
Formação	Favorecimento ou prejuízo ilícito na gestão dos programas de formação; Ações de formação inadequadas às funções a desempenhar pelos colaboradores; Contratação de entidades formadoras sem habilitação adequada; Não execução na íntegra de planos de formação aprovados para os colaboradores.	R	Identificação das necessidades de formação e implementação das respetivas ações Existência de diversos níveis de aprovação na instrução dos processos de contratação da formação Elaboração de relatórios de execução da formação.

* Legenda: E - Elevado M - Moderado R - Reduzido

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Serviços Prestados

Principais Atividades	Identificação dos riscos	Grau de risco *	Medidas Preventivas
Gestão e funcionamento das valências/ respostas Sociais	Não cumprimento da legislação e das orientações da tutela; Favorecimento na admissão de clientes; Erros/falhas na introdução de dados nos processos dos clientes; Inadequada resposta às necessidades do cliente; Manipulação de informação; Ausência de mecanismos que identifiquem e impeçam a ocorrência de conflito de interesses; Quebra de confidencialidade; Utilização indevida de dados pessoais; Deficiente controlo da qualidade dos serviços prestados; Inexistência de Avaliação de resultados;	M	Cumprimento da legislação e das orientações da tutela associadas a cada valência/resposta social. Cumprimento das recomendações dos relatórios de visitas/verificações no local. Cumprimento dos regulamentos internos. Cumprimento/Avaliação Planos de Desenvolvimento Individual dos Clientes. Utilização da Declaração de consentimento - Dados Pessoais. Declaração de conflitos de Interesses. Termo de confidencialidade. Monitorização da Avaliação de Desempenho. Monitorização da Avaliação de satisfação dos clientes. Monitorização da Avaliação de satisfação dos fornecedores. Monitorização da Avaliação de satisfação dos parceiros.

* Legenda: E - Elevado M - Moderado R - Reduzido

4 – CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

O controlo e monitorização do plano é elaborado através de um relatório anual, com o objetivo de proceder à verificação do cumprimento e adequação das medidas de prevenção estipuladas no Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do CPCB. Sempre que se justifique e em função do relatório será elaborado um novo plano, de forma a garantir a implementação de novas medidas de prevenção face à realidade da instituição.